

Idéias em debate

Subsídios ao trabalho dos constituintes

GENIVAL RABELO

Alinho algumas considerações, à guisa de subsídios ao trabalho dos constituintes.

1 — Desde a Constituição de 1934, passando pelas de 37, 46, 67 e 69, preocuparam-se os legisladores com o resguardo da opinião pública nacional de influências alienígenas, sobretudo exercidas pelo poder econômico das empresas transnacionais que operam no Brasil. Assim, em todas as cartas desde 1934, há o preceito de que propriedade, direção e administração de empresa jornalística, no território nacional, são privativas de brasileiro nato. Das Constituições existentes, a mais clara a respeito é a de 1946, no artigo 160, com remissão ao artigo 128.

Entretanto, a partir de parecer do procurador da República Temístocles Cavalcanti, em 1948, apenas dois anos depois de promulgada aquela Constituição, o artigo 160 tornou-se letra morta, de vez que se permitiu que *The Reader's Digest* fosse impressa no Brasil em língua portuguesa sob o título de *Seleções do Reader's Digest*, sob o falacioso argumento de que não se tratava de publicação política, mas cultural. A Constituição de 1946 não proibia a importação de revistas estrangeiras em seus respectivos idiomas. Mas não admitia a revista impressa no território nacional pertencente a empresa jornalística, com sede em outro país, como *The Reader's Digest*. Em função do precedente, em 1949/50, chegou ao Brasil o sr. Victor Civita, ao mesmo tempo em que seu irmão Cezar Civita e outro cidadão norte-americano se deslocavam, a serviço de Washington, respectivamente para a Argentina e o México, com o objetivo de fundar a Editora Abril, conhecida pelo símbolo da "arvorezinha" em todos os países em que atua.

A idéia de manipular a opinião pública dos países abaixo do Rio Grande vem desde 1928, quando a Anaconda reuniu duas dúzias de trustes para propor uma ação conjunta de aquisição de jornais e revistas ao sul do Rio Grande para fazer a cabeça dos povos latino-americanos sobre a excelência do "American way of life".

De 1948 em diante, com o precedente de *Seleções*, a porta do Brasil se abriu ao capital estrangeiro no campo editorial, morrendo, uma após outra, as revistas nacionais — *Vida Doméstica*, *Fon-Fon*, *Caretta*, *Jornal das Moças*, *Revista da Semana*, *Cena Muda*, *A Cigarra* e *O Cruzeiro*, sem falar nas publicações especializadas, como *Publicidade & Negócios*, *Vendas & Varejo*, *Indústria & Mercado*, *Anuário Brasileiro de Imprensa*, *Anuário de Rádio & Televisão*, *Anuário de Publicidade* e *Guia Promocional do Comércio Lojista*, todas estas, especializadas, pertencentes à Empresa Jornalística PN S/A.

Em 1962, graças ao deputado Paulo de Tarso, fez-se CPI sobre o capital estrangeiro na imprensa brasileira, com recomendações objetivas para se cortar o mal pela raiz, que não chegou a ser posto em prática em função do golpe de 1964. Em 1966, fez-se nova CPI sobre o assunto e Castelo Branco, através de Comissão de Alto Nível, presidida pelo procurador da República Gildo Corrêa Ferraz, se ocupou do assunto. Seu trabalho resultou apenas na decisão de desvincular a revista *Visão de Vision Inc*, com sede em Nova York, passando, então, aquela revista à propriedade e direção do sr. Said Fahrat, e na transferência de impressão de *Seleções* para Portugal, continuando, contudo, a ser distribuída no Brasil, como produto importado. Não se tocou na Editora Abril, que, ao contrário, em 1968, lançou a revista *Veja* para fazer o papel anteriormente desempenhado por *Visão*, ou seja, mostrar que "a solução está nos Estados Unidos". (V. "O Capital Estrangeiro na Imprensa Brasileira" — Editora Civilização Brasileira, 1966; "Cartilha do Dólar" — Edições Gernasa, 1967, e "A Batalha da Opinião Pública" — Editora Saga, 1970, de minha autoria.)

2 — Defendo a tese que, para enfrentar a cobiça e pressões externas para a internacionalização da Amazônia, cumpre adotar a filosofia de um comando ideológico estatal na exploração de suas riquezas inúmeras de solo e subsolo, deixando à livre iniciativa a agropecuária, o comércio e a indústria manufatureira. Far-se-iam, assim,

tantas empresas de capital misto, do tipo Petrobrás, quantas riquezas básicas (minerais e madeiras) tivessem de ser exploradas. Haveria, conseqüentemente, uma manganesbrás, uma aluminiobrás, uma estãbrás, uma ourobrás etc.

Sem a adoção desse filosofia de um comando ideológico estatal, a Amazônia acabará sendo dominada pelo capital estrangeiro, a exemplo do que já começa a acontecer com o alumínio, sem falar no trabalho predatório feito pela Icomi (leia-se Bethlehem Steel) na mina de manganes de Serra do Navio, no Amapá, cuja reserva inicialmente estimada em 30 milhões de toneladas foi transferida para o exterior, a preço vil. (V. "Ocupação da Amazônia", Edições Gernasa, 1967, e "Brasil, país das oportunidades perdidas", Editora Carioca, 1977, de minha autoria).

3 — Nas últimas 4 décadas, o Brasil foi palco da maior revolução demográfica do século ocorrido em qualquer país do mundo. Éramos 41 milhões de habitantes em 1940, com 32 milhões vivendo em penúria total, à margem da economia, nos campos. Somos hoje 140 milhões, com mais de 80 milhões aglutinados nas cidades. Nenhum país europeu, nem mesmo a União Soviética, reúne nas suas seis principais cidades, contingente populacional existente hoje nas seis maiores cidades brasileiras. Apesar dos aspectos negativos do fenômeno, criamos um mercado que permitiu a diversificação da produção agrícola para consumo interno e a criação de um parque industrial que coloca o país na posição do 8º maior produtor de bens manufaturados do mundo. Sendo que São Paulo, segundo reportagem de "Time", anos atrás, representa a maior concentração industrial diversificada do mundo. Sem a explosão demográfica verificada a partir dos anos 50 em que os índices de aumento demográfico subiam a 3,6% a.a., indiscutivelmente o Brasil não teria podido consolidar essa posição na atividade manufatureira. Que aconteceu, porém, na política demográfica nacional ao longo das últimas três décadas? Por pressões externas as autoridades brasileiras, ao invés de tentar aumentar a produção agrícola com vistas ao crescimento de demanda interna, passaram a pensar em diminuir os convivas ao grande banquete da vida nacional. A preocupação com a contenção da natalidade se tornou obsessão, fazendo que os índices de aumento demográfico caíssem seguidamente a partir do golpe de 1964. Sabe-se que a Bemfam é uma organização que vive às expensas de doações de entidades internacionais voltadas todas para a contenção da natalidade no Brasil, através de distribuição de anticoncepcionais, inclusive ou principalmente na Amazônia, onde a densidade populacional é uma das mais raras do mundo (1 habitante por km²). A coisa chegou ao extremo de um relatório feito em 1967 pela American Organization Food para o governo Johnson, dos Estados Unidos, ter feito a seguinte monstruosa afirmação:

"Pelos índices de aumento demográfico existentes no Brasil nos anos 50, sua população alcançaria em 1985 a cifra de 155 milhões de habitantes. Mas, graças ao trabalho que conseguimos desenvolver, através de farta distribuição gratuita de anticoncepcionais às populações mais carentes e mesmo esterilização de homens e mulheres, o Brasil chegará a 1985 com apenas 138 milhões de habitantes. Ganhamos para a nossa causa 17 milhões de brasileiros a menos".

Como na verdade a população do Brasil em 1985 não passava de 135 milhões de habitantes, os autores daquele sinistro relatório ganharam na verdade na batalha para que as vastidões territoriais do Grande Oeste e da Amazônia continuassem inexploradas, como reservas não para o futuro dos brasileiros, mas para o apetite insaciável das transnacionais na exploração de nossas riquezas minerais e madeiras das vastas regiões, não 17 milhões, mas 20 milhões de brasileiros a menos.

Acredito que este também é um assunto que deve ser discutido em profundidade pelos constituintes. Há que coibir o abuso da interferência de entidades internacionais numa política que cumpre ser definida exclusivamente por brasileiros em consonância com os interesses nacionais. (V. "Petroleo, fome e interesse nacionais", Editora Carioca, 1975, de minha autoria).